



DISTRITO FEDERAL

Que notícia boa, Vigilantes!



Paulo Quadros, presidente do Sindesv-DF e Luiz Gustavo Barra, presidente do Sindesp-DF

Foram muitas negociações, com muita discussão, para acertar a redação das cláusulas da nossa Convenção Coletiva de Trabalho 2019 (CCT 2019). E finalmente, depois de tudo discutido e acertado, a CCT foi assinada no início da tarde desta terça-feira, 12/03/2019.

Após a assinatura, a CCT será homologada no Ministério do Trabalho e Emprego e assim que

o órgão homologar, o Sindicato dos Vigilantes divulgará para toda a categoria a nova tabela salarial, retroativa a 1º de janeiro/2019.

Valeu a luta, o compromisso e a persistência e, apesar dos tempos difíceis que a classe trabalhadora atravessa, saímos vitoriosos.

Fonte: Sindesv-DF

Empregados da Caixa vestirão preto no Dia Nacional de luta na sexta-feira (15)

EU DEFENDO A
CAIXA
100% PÚBLICA

#ACAIXAÉDOPOVO  

O governo Bolsonaro e a nova direção do banco vêm promovendo diversos ataques contra aos empregados e contra o caráter público da Caixa. O presidente Pedro Guimarães já anunciou que pretende fatiar a empresa e privatizá-la em pedaços. Áreas como seguros, cartões, assets e loterias, que estão entre as mais lucrativas do banco estão na mira da nova direção do banco.

Além disso, na última semana a imprensa noticiou que, a pedido de Pedro Guimarães, o banco deve fazer uma provisão de aproximadamente R\$ 7 bilhões para cobrir perdas esperadas com calotes na carteira de financiamento imobiliário e a desvalorização de imóveis retomados pelo banco.

Porém, como informa Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva de Empregados (CEE) da Caixa, a inadimplência no banco é mais baixa que a dos demais. Um provisionamento tão grande assim não é necessário. “Tal provisionamento reduz sobremaneira o valor que o banco teria que pagar a título de participação nos Lucros

ou Resultados (PLR) aos empregados, que deram duro e conseguiram superar as metas estipuladas pelo banco. A nova direção da Caixa, no entanto, não quer reconhecer o esforço dos seus empregados.”

Por isso, o movimento sindical solicitou uma reunião com o banco para esclarecer as mudanças que estão sendo feitas. Mas, o banco se recusou a passar tais informações e esclarecimentos às entidades de representação dos empregados.

Como forma de protesto com tamanho desrespeito aos trabalhadores e mostrar a contrariedade às medidas privatistas que estão sendo implantadas, os empregados farão o Dia Nacional de Luta da Caixa, na próxima sexta-feira (15), em defesa da Caixa 100% pública, contra a venda das áreas mais lucrativas do banco, na defesa do seu papel social, contra as contramanobras que reduzam o lucro da Caixa, por mais reconhecimento ao trabalho, por mais empregados já e pelo fim do assédio moral na empresa.

Fonte: [Contraf-CUT](#)

Bancos privados discriminam mulheres com mais de 40 anos

Levantamento do Dieese mostra que participação de mulheres no quadro funcional cai 7,8 pontos percentuais após elas completarem 40 anos



A Uma pesquisa realizada pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aponta que a participação das mulheres no quadro funcional dos bancos privados reduz 7,8 pontos percentuais após os 40 anos de idade. Até os 39 anos elas ocupam 56,4% dos postos de trabalho. Após completar 40 anos esse percentual cai para 48,6%. O levantamento foi feito com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais 2017 (Rais).

Segundo a socióloga do Dieese, Bárbara Vallejos, esse fenômeno tem duas causas. “A saída precoce de mulheres dos bancos pode ser reflexo tanto da dificuldade de obterem promoções e de terem acesso a cargos de maior prestígio e remuneração quanto da preferência dos bancos pela presença de jovens em seu quadro de funcionários”, disse. Bárbara afirmou ainda que o fato é verificado para mulheres e homens, mas o fator idade pesa mais sobre as mulheres.

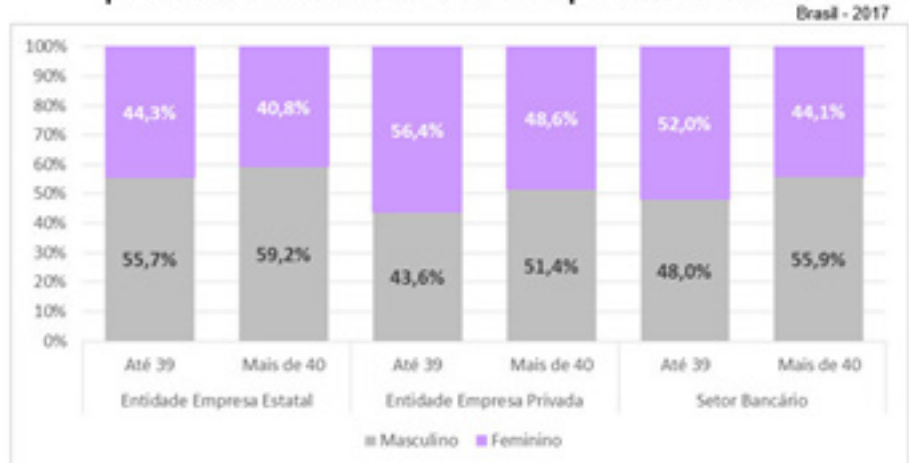
Igualdade de oportunidades

Para a socióloga do Dieese, os dados revelam que não se pode falar em uma mudança de rota efetiva na gestão dos bancos. “Hoje mulheres são excluídas dos cargos de comando, o que dificulta a incorporação de práticas não discriminatórias por parte de dirigentes, gestores intermediários e supervisores”, disse, lembrando que muitas mulheres deixam de trabalhar nos bancos porque ficam estagnadas em suas carreiras, mesmo tendo, na média, melhor formação e resultados do que os homens.

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandina Moreira, lembrou que desde 1990 as questões de igualdade de oportunidades são pautadas nas mesas de negociação com os bancos. “Já obtivemos muitos avanços, mas os dados mostram que os bancos ainda exercem políticas de gestão impregnadas por uma visão discriminatória”, afirmou.

Entre as conquistas da Mesa de Igualdade de Oportunidades, estão as cláusulas da isonomia de direitos para homoafetivos, extensão da

Participação de mulheres e homens em bancos públicos, bancos privados e no total do setor bancário e por faixa de idade



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2017
Elaboração: DIEESE

licença-maternidade para 180 dias, da licença paternidade para 20 dias, vinculada à programa ou atividade de orientação sobre a paternidade responsável e a realização de três censos da diversidade pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) em parceria com a Contraf-CUT.

O primeiro Censo da Diversidade Bancária foi realizado em 2008. O segundo em 2014. O terceiro é uma conquista da Campanha Nacional da categoria em 2018. Será elaborado e aplicado no decorrer de 2019 e os resultados serão divulgados em 2020.

“As mulheres são vítimas de muitos tipos de violência. A discriminação no mercado de trabalho é uma delas e, assim como a violência doméstica e o feminicídio, precisa ser combatida por toda sociedade. O Censo da Diversidade Bancária pode nos ajudar neste sentido”, explicou a presidenta da Contraf-CUT. “Mas, o Censo vai além. Ele também pode nos ajudar no combate de outros tipos de discriminação, como aquelas praticadas contra negros e negras, contra pessoas com deficiência e contra LGBTs”, concluiu.

Questão salarial

A Pesquisa Mensal do Emprego Bancário, também realizada pelo Dieese, mostra que as Bancárias recebem apenas 82,8% do valor pago aos bancários. Os dados apontam que as 1.089 mulheres admitidas nos bancos em janeiro de 2019 receberam, em média, um valor corresponde a 82,8% da remuneração média auferida pelos 1.359 homens contratados no período. As informações levam em conta os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do IBGE.

Segundo a pesquisa, a diferença salarial entre

bancárias e bancários persiste ao longo de toda a carreira, uma vez que também é constatada no momento do desligamento dos trabalhadores da categoria. As 1.189 mulheres desligadas dos bancos em janeiro recebiam, em média, valor correspondente a 79% da remuneração média dos 1.253 homens que deixaram seus cargos nos bancos no primeiro mês de 2019.

Rais

O levantamento das informações salariais do setor bancários pela Rais 2017 também apresenta diferença na remuneração entre homens e mulheres. Em 2012 essa diferença era de 24%. Em 2017 caiu para 22,3%. “É verdade que há uma pequena redução da diferença entre os salários pagos aos homens e às mulheres, mas a continuar neste ritmo, vai levar 66 anos para acabar com a diferença”, disse a presidenta da Contraf-CUT. No mercado de trabalho em geral, mantido o atual ritmo de redução, levará 42 anos para que o salário das mulheres se iguale ao dos homens.

Fonte: Contraf-CUT

Setor Bancário RAIS

Remuneração Mensal	Mulheres	Homens	Dif. (%)
2012*	R\$ 6.111,67	R\$ 8.038,11	-24,0%
2017	R\$ 6.958,44	R\$ 8.952,96	-22,3%

*Deflacionado pelo INPC IBGE

Tempo que levará a equiparação dos salários de homens e mulheres

BRASIL

Com o ritmo de redução de 0,48 p.p. ao ano no Brasil, a equiparação de remuneração levará 42 anos.

Setor Bancário

Com o ritmo de redução de 0,34 p.p. ao ano no Brasil, a equiparação de remuneração levará 66 anos.

Nesse ritmo equiparação salarial será alcançada em:

Brasil	2059
Setor Bancário	2085

Reforma da Previdência: RBA lança site em defesa do direito à aposentadoria

Página terá conteúdo dedicado exclusivamente a explicar os impactos na vida dos trabalhadores se a “reforma” de Bolsonaro passar.



São Tudo o que os brasileiros precisam saber sobre a “reforma” da Previdência 2019 num único site. A RBA lança nesta sexta-feira (8) a página na internet Minha Aposentadoria, totalmente voltada para a defesa do direito dos trabalhadores à aposentadoria.

A página explica os detalhes das regras que constam da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, levada por Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro, com interesse de que seja aprovada ainda no primeiro semestre.

O que a “reforma” põe a perder? O que é verdade e o que não é sobre o que dizem da situação da Previdência? Quem vai pagar a conta do R\$ 1 trilhão que o governo diz querer economizar com essa PEC? Por que essa ideia de reforma põe em risco não apenas as futuras aposentadorias, mas também a situação de quem já está aposentado? O que precisa mudar, de fato, na estrutura da Previdência, para que ela seja efetivamente sustentável, para as atuais e futuras gerações?

Essas e muitas outras questões terão respostas no site e serão temas de reportagens produzidas pelas equipes da RBA, da Rádio Brasil Atual e da TVT. Artigos e reportagens de blogs e sites parceiros, das centrais sindicais, do Dieese, do mundo acadêmico e a voz dos trabalhadores também estarão presentes no

dia a dia da página Minha Aposentadoria.

Uma seção vai permitir a interação com os internautas, que poderão enviar perguntas para serem analisadas e respondidas por especialistas.

“Nesse site, você vai descobrir que além da aposentadoria, de que tanto se fala quando ao assunto é a reforma da Previdência, outros direitos correm risco, como os benefícios pagos aos trabalhadores afastados por doença, às gestantes, aos idosos carentes e às pessoas com deficiência, aos trabalhadores rurais”, informa o texto de apresentação.

“O lançamento do site neste Dia Internacional da Mulher tem significado especial porque elas – as trabalhadoras do campo e da cidade – estão entre os mais prejudicados por mais esse absurdo produzido nesses trágicos meses de governo Bolsonaro”, afirma o diretor da RBA, Paulo Salvador.

O site terá ainda uma “calculadora” produzida pelo Dieese, por meio da qual os usuários poderão comparar quanto tempo levariam para se aposentar com as regras atuais e como ficará se a proposta de Bolsonaro for aprovada.

“Nosso site é um reforço na batalha da comunicação por parte dos trabalhadores”, diz Salvador. “Sabemos que a imprensa comercial, os principais jornais, portais e emissoras de rádio e TV vão tentar de tudo para vender a reforma como se fosse a salvação da pátria. Na verdade, seria a destruição da Previdência pública, para a alegria dos bancos e dos mais ricos.”

Fonte: Rede Brasil Atual

Reforma da Previdência e SUS subfinanciado é menos qualidade de vida



A proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) ocorre no momento em que a sociedade brasileira está mais fragilizada: com o mercado de trabalho ainda em crise e com o crescimento econômico muito baixo, a mudança das regras previdenciárias em conjunto com a piora dos serviços públicos como um todo – como a saúde, muito importante para a população idosa – tem o potencial de abalar muito a qualidade de vida dos brasileiros como um todo.

O professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e editor da Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Renato Veras lembra em entrevista que, para os trabalhadores, as regras previdenciárias estão sendo mudadas “com o jogo sendo jogado”, ou seja, as pessoas entraram no mercado de trabalho aceitando certas condições que não valerão mais no futuro próximo, pós-reforma.

Além disso, Veras relaciona a reforma com um momento crítico enfrentado pelo SUS, em que muitas pessoas, com a crise no mercado de trabalho, perderam o acesso a planos de

saúde, e também com os cortes que a saúde tem sofrido com a Emenda Constitucional 95.

Segundo ele, a reforma está sendo proposta em um momento grave da sociedade brasileira, com a continuidade de uma crise que já dura por volta de cinco anos, em que as pessoas têm menos recursos e o SUS também. “É o pior dos mundos. O mercado de trabalho sendo absolutamente desregulado, as pessoas perdendo direitos sociais, tendo que trabalhar sem garantias, sem carteira de trabalho, etc., em um cenário com mais doenças crônicas. E com o SUS absolutamente subfinanciado”, afirma.

Assim, com a Emenda Constitucional 95, a reforma trabalhista, a proposta de reforma da Previdência e muitos outros direitos perdidos nos últimos anos, o Brasil vai desfazendo os mecanismos para combater a pobreza, a desigualdade e arrisca cada vez mais a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, em especial durante a velhice.

Como diz Veras, “o Brasil está entre as 15 maiores economias do mundo, e é uma violência muito grande o Estado brasileiro não permitir que os seus idosos envelheçam em paz.”

Fonte: Ana Luíza Matos de Oliveira – Fundação Perseu Abramo

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF